

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO TRADUTOR

Paulo Henriques Britto
Tradutor
phbritto@3torres.com.br

Resumo: Algumas observações a respeito da situação da tradução e dos tradutores do Brasil nos últimos trinta anos, período durante o qual os Estudos da Tradução experimentaram um forte crescimento na academia, com destaque para mudanças ocorridas no plano da realidade e das percepções dos próprios tradutores e do público em geral.

Palavras-chave: Estudos da Tradução, tradução no Brasil, invisibilidade do tradutor.

Abstract: Some observations concerning the status of translation and translators in Brazil in the past 30 years, the period in which Translation Studies has become a growth industry in the academic world, emphasizing changing realities and perceptions by translators themselves and the public at large.

Keywords: Translation Studies, translation in Brazil, translator's invisibility.

Quando, há cerca de vinte anos, publiquei meu primeiro artigo sobre tradução (Britto 1989), fiz uma defesa veemente da atividade tradutória como um trabalho importante e merecedor de respeito, atacando a visão de senso comum segundo a qual traduzir é uma tarefa mecânica e automática, que em pouco tempo ficará a cargo de computadores. Dez anos depois, os tempos já haviam mudado bastante, e escrevi alguns artigos (p. ex., Britto 1999) cujo teor, de certo modo, ia no sentido contrário do adotado naquele primeiro artigo: meu objetivo nesses textos posteriores não era afirmar o valor da tradução, contra a posição do senso comum, e sim relativizar a autonomia do tradutor, opondo-me a alguns teóricos que, no afã

de afirmar a importância do ofício, terminavam por igualar tradutor e autor, minimizando ou mesmo negando a diferença entre “original” (palavra sempre usada entre aspas, para denunciar seu suposto teor ideológico) e tradução.

O que aconteceu entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90 foi a afirmação da área de estudos de tradução no Brasil, graças ao trabalho dos acadêmicos responsáveis pela instauração dessa nova disciplina no Brasil. Sem dúvida, o crescimento desse campo teórico é um fato eminentemente positivo, que deu projeção internacional a nomes de brasileiros como Haroldo de Campos e Rosemary Arrojo. O próprio fato de ter eu sentido necessidade de combater, nos meus artigos, o que me parecia ser uma ênfase excessiva à diferença entre original (que continuo a grafar sem aspas) e tradução já aponta para o sucesso da recém-criada disciplina.

Isso no plano da teoria. Mas e no plano da prática? Entre teoria e prática há, na verdade, um hiato considerável, e o sucesso da tradução na academia não implica necessariamente uma mudança na situação profissional do tradutor. A questão que nos interessa aqui é: o que mudou nas condições de trabalho do tradutor? Terá o prestígio crescente dos estudos de tradução na área acadêmica tido o efeito de aumentar o *status* do tradutor no mundo das letras?

Por motivos de espaço e conveniência, limitarei minha indagação ao campo da tradução literária, que é o único que minha experiência profissional me permite comentar com algum conhecimento de causa. Peço também aos leitores que me permitam iniciar com algumas reminiscências. Estava eu trabalhando para a minha primeira editora, no Rio de Janeiro, quando um amigo, também tradutor novato, chamou-me para uma reunião na qual seria criada uma associação de tradutores. Assim que entramos na sala cedida para a reunião pela SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), tive a súbita sensação de estar totalmente fora de meu ambiente natural: aos vinte e dois anos de idade, vestido como se vestiam os jovens no início dos anos 70, dei por mim numa reunião de homens (havia umas poucas mulheres, mas a maioria era de ho-

mens) engravatados, todos muito mais velhos que eu, estando os componentes da mesa que dirigia os trabalhos na faixa dos setenta ou mesmo dos oitenta anos de idade. Entramos na reunião, um pouco atrasados, num momento descontraído em que dois dos membros da mesa trocavam episódios divertidos do tempo de Getúlio: foi, digamos, um verdadeiro choque cultural (e temporal) entre o Estado Novo e a Era de Aquário. Aos poucos aqueles senhores foram se identificando: um era Paulo Rónai, outro era R. Magalhães Jr., nomes que eu conhecia dos livros, que me pareciam quase tão remotos quanto José Veríssimo ou Lima Barreto. Começaram então a discutir uma série de aspectos legais e trabalhistas da condição do tradutor, mencionando leis, regulamentos, precedentes legais — tudo muito abstruso para mim. Ao final da reunião, estava fundada a Associação Brasileira de Tradutores, da qual eu me tornara, meio que por acidente, membro fundador; e, apesar de eu ter compreendido pouca coisa do que fora discutido, minha visão do trabalho de tradução estava mudada em caráter definitivo.

Pois até então eu não imaginava que fosse possível encarar essa atividade como uma profissão no sentido estrito da palavra — que houvesse pessoas dedicadas à tradução em caráter integral, que se pudesse ser tradutor como se podia ser professor, médico ou advogado. Sou de um tempo em que uma criança, ao lhe ser perguntado o que ela seria quando crescesse, jamais responderia: “tradutor”; uma tal resposta seria, nos anos sessenta ou mesmo nos anos setenta, absolutamente inimaginável. Jamais estive nos meus planos me tornar tradutor profissional. A história de meu envolvimento crescente com a tradução, creio eu, é típica dos tradutores da minha geração e das anteriores. Ainda adolescente, eu vertia poemas e letras de música que despertavam meu entusiasmo, só para me sentir um pouco autor dos versos que me impressionavam tanto; depois passei a traduzir textos poéticos e também de ficção para mostrar aos amigos — brasileiros que não liam inglês, ou americanos que não liam português, no tempo em que eu cursava a faculdade na Califórnia. Depois, já de volta ao Rio, tendo abandonado os

estudos, comecei a traduzir para complementar minha renda — já havia começado a trabalhar como professor num curso de inglês. Assim, como tantos outros tradutores, eu não conseguia encarar esse ofício senão como “bico”; o dia da fundação da ABRATES foi, portanto, uma espécie de revelação para mim. Alguns anos depois, tornei-me professor universitário na área de tradução, e por algum tempo a carreira acadêmica se tornou central para mim; mas após defender minha dissertação de mestrado voltei a me dedicar mais à tradução literária.

Durante um período de cerca de vinte anos a tradução foi, junto com o magistério, minha ocupação principal. Nos meus dias de tradutor — três por semana, normalmente — passava seis horas, às vezes mais, debruçado sobre a máquina de escrever manual (nunca consegui me adaptar às máquinas elétricas). Uma vez por semana, ia até uma biblioteca perto da minha casa para consultar dicionários, enciclopédias e outras obras de referência, levando um pequeno caderno onde anotava os termos pesquisados. Terminada a tradução de um livro, as etapas de revisão me obrigavam a fazer acréscimos e riscar palavras a lápis; de vez em quando, ao constatar que havia omitido todo um parágrafo, o jeito era datilografar o trecho pulado numa outra folha de papel e realizar uma operação nada virtual de cortar e colar, com tesoura e fita adesiva. Em seguida, era necessário pôr todo o calhamaço no correio — eu continuava no Rio, mas já trabalhava para editoras paulistas — porém antes, por precaução, tirava uma cópia xerox de toda a tradução, temendo um extravio (coisa que, aliás — justiça seja feita aos correios do Brasil — jamais aconteceu em mais de dez anos).

Uma vez recebida na editora, minha tradução passava para o revisor, e a partir desse ponto eu perdia o controle sobre ela. O revisor passava um pente fino no meu texto, corrigia um sem-número de cochilos, omissões e erros de todo o tipo que eu deixara passar; ao mesmo tempo, porém, acrescentava erros de sua própria lavra, e por vezes desfazia com uma só penada uma solução que me havia custado muito esforço, várias pesquisas e reescritas,

colocando em seu lugar a solução mais óbvia, que eu tinha descartado por um bom motivo. De início eu aceitava essa situação com estoicismo: afinal, havia perdas e ganhos nela, e para cada intervenção desastrada do revisor um bom número de falhas minhas eram reparadas.

Em 1990 o plano Collor, confiscando o dinheiro de todas as editoras, juntamente com o das outras empresas e pessoas físicas, causou uma interrupção na atividade editorial brasileira; a editora para a qual eu trabalhava mandou-me interromper o livro que havia começado a traduzir pouco antes, pois ela não sabia se ou quando poderia publicá-lo, e assim me vi de uma hora para outra sem trabalho. Fui salvo por um verdadeiro *deus ex machina*: um convite para realizar a versão inglesa da obra de um importante ensaísta brasileiro, a ser editada por uma prestigiada editora universitária norte-americana. Fiz a tradução e enviei aos Estados Unidos o texto — em papel, pelo correio, pois a revolução informática ainda estava nos primórdios — e algum tempo depois recebi de volta o meu texto, revisto a lápis, juntamente com uma carta da editora dizendo-me que eu deveria aprovar ou não, uma por uma, todas as intervenções do revisor, justificando minha posição sempre que eu optasse por manter o texto original. Fiquei atônito de constatar que teria o direito de rejeitar as mudanças que me parecessem indesejáveis. Assim, passados alguns meses, quando voltei a traduzir para minha editora habitual, propus que esse método fosse adotado. A proposta encontrou alguma resistência de início, mas insisti, e minha idéia terminou sendo aceita. A comunicação direta entre tradutor e revisor, que foi muitíssimo facilitada pelo advento da internet poucos anos depois, foi seguramente um dos fatores responsáveis pela melhoria na qualidade das traduções nas últimas décadas.

Nada teve impacto maior sobre nas condições de trabalho do tradutor do que o advento da informática. Na verdade, foram duas revoluções tecnológicas distintas, uma dentro da outra, separadas por um intervalo de cerca de dez anos, sendo a segunda possibilitada pela primeira: em meados dos anos 80, o surgimento do

microcomputador; e, em meados dos 90, a entrada em cena da internet. Hoje em dia, quando falo a meus alunos sobre o modo como trabalhavam os tradutores antes dessas inovações tecnológicas, sinto-me um pouco como se fosse um sobrevivente do tempo dos copistas medievais em plena era de Gutenberg. A introdução do computador implicou um ganho de tempo extraordinário, e a revolução dentro da revolução teve conseqüências ainda mais drásticas. Além de possibilitar um diálogo mais ágil entre tradutor e revisor, a internet eliminou o uso de papel: a entrega da tradução à editora, após um curto período em que foi feita na forma de um maço de papéis acompanhado de um disquete, passou a se dar através do envio de um anexo pelo correio eletrônico. Mas o poder da internet teve conseqüências ainda mais drásticas para a pesquisa de vocabulário, uma atividade que antes envolvia telefonemas, idas a bibliotecas e trocas de cartas com especialistas, e que se reduziu, na maioria das vezes, a uma rápida operação de busca na World Wide Web. Num intervalo de pouco mais de uma década foram radicalmente transformados hábitos e rotinas de trabalho que — exceção feita à invenção da máquina de escrever em finais do século XIX — perduravam quase inalterados havia milênios. Várias atividades e tecnologias, com as expressões correspondentes, deixam de existir, sendo substituídas por outras, inimagináveis poucos anos antes: saem de cena “passar a limpo” e “cópia carbono”, entram em cena “banda larga” e “cópia *backup*”. Outras palavras permanecem, mas com sentido alterado: “dicionário” e “enciclopédia”, que antes se referiam a volumes alentados, agora muitas vezes designam um pequeno disco de plástico ou um imaterial sítio no ciberespaço. E alguns tradutores, entre os quais me incluo, acrescentaram a seu arsenal tecnológico mais um refinamento: os programas de reconhecimento de voz, que nos permitem ditar em vez de digitar (o novo verbo que substituiu o vetusto “datilografar” e sua variante coloquial “bater à máquina”). Com isso, estabeleceu-se uma espécie de ligação direta entre o pensamento e o texto escrito, com um mínimo de intermediários físicos; a única cone-

xão mais imediata entre palavras pensadas e palavras escritas que se pode imaginar seria uma máquina de ler pensamentos, algo que ainda permanece no âmbito da ficção científica.

Graças a todas essas maravilhas, o tradutor tornou-se muitíssimo mais produtivo: tarefas que, na era da máquina de escrever, levariam um dia inteiro para ser executadas — e isso sem contar com o tempo de “passar a limpo”, algo que não era exigido dos tradutores de editora — agora eram despachadas em poucas horas. No entanto, a esse ganho em produtividade não correspondeu um aumento proporcional de renda; a relação entre trabalho produzido e remuneração se alterou de tal modo que a hora de trabalho de tradução continuou valendo mais ou menos o mesmo que antes, embora o número de palavras (ou “laudas”, para usar a unidade de antigamente) traduzidas tivesse mais que dobrado. Em outras palavras, a revolução só se deu no plano da tecnologia, e não nas relações entre capital e trabalho. Não é preciso ser economista para adivinhar em que bolsos foram parar os lucros advindos dos ganhos de produtividade.

O que nos leva naturalmente a uma questão delicada: as relações entre tradutor e editora no campo dos direitos autorais. À primeira vista, pode parecer que, quanto a isso, pouco ou nada mudou nas últimas décadas. Afinal, continua de pé a brasileiríssima dicotomia entre o *de jure* e o *de facto*: temos no país uma legislação moderna, sem dúvida tão sofisticada quanto a da Suécia, que garante o pagamento dos direitos autorais ao tradutor; o problema, porém, é que a lei até hoje não *pegou* (expressão que, tenho certeza, não tem equivalente em sueco), e o tradutor continua obrigado a assinar um documento em que “voluntariamente” abre mão de seus direitos autorais quando se compromete a traduzir um livro. Consultei alguns colegas, de maneira informal, a respeito desse ponto. Uma tradutora renomada me disse que só uma vez, em toda sua experiência profissional, conseguiu negociar direitos autorais com a editora. Um outro tradutor, não menos reputado, informou-me que nos últimos quatro anos tem recebido umas poucas propos-

tas que incluem o pagamento de direitos autorais com base no número de exemplares vendidos, mas — e é este o detalhe crucial — só quando se trata de obras de domínio público. Uma terceira colega, ainda relativamente novata, afirma que jamais recebeu um centavo por conta de direitos autorais. Mas o fato é que, mesmo em caso de obras que ainda não estão em domínio público, algumas editoras já começam a conceder ao menos em parte o pagamento dos direitos autorais a pelo menos alguns de seus tradutores, em ao menos alguns casos — por exemplo, a partir do momento em que as vendas de uma determinada obra atingem um determinado patamar (quando, podemos concluir, ela já se pagou). Tudo isso, como já disse, pode parecer muito pouco, mas o fato é que essas tímidas mudanças apontam para o que é talvez um dos acontecimentos mais importantes das últimas décadas: finalmente as editoras se deram conta de que uma boa tradução é fator importante na vendagem de um livro — ou, ao menos, de que uma péssima tradução pode enterrar de vez as vendas. Percebe-se em algumas editoras mais sérias um esforço no sentido de atrair ou preservar tradutores cujo profissionalismo certamente contribui para uma boa recepção da obra junto ao público e à crítica. Pode parecer estranho que um fato aparentemente tão óbvio — o de que as vendas de um livro traduzido dependem da qualidade de sua tradução — tenha levado tanto tempo para ser reconhecido por toda uma indústria; mas não faz muitos anos que o presidente do Sindicato dos Editores disse ao presidente do Sindicato dos Tradutores (entidade descendente da ABRATES) que jamais um livro vendeu mais por ter sido traduzido por um bom tradutor.

A maior visibilidade do tradutor também se manifesta no plano da crítica literária, ainda que de modo tímido. A prática de incluir o nome do tradutor no cabeçalho das resenhas torna-se pouco a pouco mais comum, embora não esteja de modo algum generalizada. Há inclusive casos de retrocesso — uma importante revista semanal, após um período em que adotou a praxe de especificar o tradutor, reverteu ao costume antigo de omitir essa informação,

sem qualquer explicação lógica (mas que explicação lógica poderia haver para isso?). De qualquer modo, estampar o nome ainda é pouco. Talvez seja utópico querer que se comece a praticar a crítica de tradução em caráter regular nos suplementos literários, que já são poucos e magros — provavelmente os veículos apropriados para esse tipo de texto são mesmo as publicações acadêmicas dedicadas aos estudos de tradução. Mas seria demais pedir que os críticos incluíssem algumas observações a respeito do trabalho do tradutor do livro que estão resenhando, e que não se limitassem a apontar a existência de defeitos pontuais, inevitáveis em qualquer tradução de obra extensa? No caso da tradução de poesia, afinal, essa prática já está bem estabelecida, porque até mesmo o senso comum reconhece que traduzir poesia não é algo automático e trivial; mas no caso da prosa continuam relativamente raras as menções ao trabalho do tradutor. Percebe-se que, em muitos dos casos em que a qualidade do texto em português é elogiada numa resenha, o tradutor em questão é também escritor de certo prestígio; e fica-se a pensar se o resenhista, sabendo que o autor daquela versão é também o responsável pela criação de textos originais que ele já leu e admirou, não teria dado uma atenção toda especial à qualidade textual desse livro em particular, por conta desse fato. Se isso ocorre, é uma injustiça: não deveria ser necessário que um tradutor tivesse obra publicada como autor para receber a devida atenção da crítica como tradutor.

E chegamos a uma questão muito importante: a do modo como os leitores encaram o trabalho do tradutor. Sabemos que — mais uma vez, feitas as honrosas exceções de praxe — os leitores desejam traduções que sejam as mais transparentes possíveis, e tendem a considerar os tradutores como intermediários cuja presença idealmente deve ser a mais discreta possível. Ora, ganha força entre alguns teóricos de tradução — dos quais o mais destacado é Lawrence Venuti (1995) — a idéia de que haveria uma associação automática entre a invisibilidade do tradutor, ou a transparência de sua intervenção, de um lado, e o desprestígio e a baixa remunera-

ção associados à profissão, de outro. O argumento é interessante, mas dificilmente se sustenta: há trabalhos muito bem remunerados que implicam a invisibilidade da intervenção, como o do cirurgião plástico e o do restaurador de obras de arte. Claramente, não será por isso que a tradução literária continua a ser uma atividade mal-remunerada. E, por mais que engenhosos que sejam os argumentos levantados pelos teóricos, o fato permanece: fora os casos em que estamos interessados em estudar a própria tradução, todos nós (inclusive tradutores e teóricos de tradução) lemos as traduções feitas por fulano da obra tal do autor sicrano *não* por estarmos interessados em ler uma tradução de fulano, e sim porque queremos ler a obra tal, ou porque estamos interessados em conhecer o trabalho de sicrano. Não custa repetir: a *única* razão de ser das traduções é permitir que pessoas possam ter algum conhecimento, ainda que mediato, de obras escritas em idiomas que elas não dominam. Assim, não há argumentação capaz de convencer leitor algum de que a mitificação do original é apenas o produto de uma ideologia dominante. Sabemos que a distinção entre original e tradução não é tão nítida quanto pensam os leigos; temos perfeita consciência de que toda literatura se alimenta de literatura, e portanto obra alguma jamais é totalmente original; e ninguém nega que certos livros — o *Rubáiyát of Omar Khayyám* de Edward FitzGerald é o exemplo clássico — sejam difíceis de classificar como original ou tradução. Mas a distinção entre original e tradução permanece assim mesmo, do mesmo modo que os comportamentos bissexuais e os casos de hermafroditismo não provam a inexistência de qualquer diferença objetiva entre o sexo masculino e o feminino.

Assim, têm razão os leitores quando fazem uma distinção entre autor e tradutor. O que nós tradutores devemos reivindicar, portanto, não é o *status* de autores, e sim mais visibilidade dentro da nossa atuação específica. Como consegui-lo? Uma boa idéia é seguir a sugestão do teórico australiano Anthony Pym, para quem o tradutor deve afirmar-se no lugar que lhe cabe no livro: o aparato paratextual. Ninguém mais indicado para redigir introdução, no-

tas, posfácio ou orelha de um livro do que a pessoa que dedicou meses de seu tempo à tarefa de transpô-lo para outro idioma. Eis uma maneira que me parece eminentemente sensata e razoável de afirmar e valorizar o trabalho de tradução: expandir nosso domínio, conquistar o território (“sejamos imperialistas!”, para citar Caetano Veloso) do organizador, do compilador, do antologista. E, tendo ocupado esses lugares com competência, o tradutor conseguirá talvez ter mais sucesso ao reivindicar um outro lugar, este da maior importância: a capa do livro (ou, *faute de mieux*, a contracapa). Exemplos disso não faltam: a antologia de poemas de vários autores, intitulada *Poesia alheia*, de Nelson Ascher (1998) e a de contos de F. Scott Fitzgerald (2004) traduzida e organizada por Ruy Castro, para citar apenas dois. Nesses livros o nome do tradutor aparece com destaque na capa, porém não há aqui qualquer afirmação de autoria: o leitor inteligente saberá claramente distinguir até onde vai o trabalho do autor e a partir de que ponto começa o do tradutor-organizador, e dar a cada um deles o valor devido.

Em suma: nos últimos vinte ou trinta anos conquistamos algumas vitórias importantes, e a principal delas talvez seja a respeitabilidade adquirida pelos estudos de tradução na área acadêmica. Um pessimista de plantão poderia comentar que agora o tradutor pode ganhar mal de duas maneiras diferentes: traduzindo e dando aulas na universidade. Mas prefiro ser otimista e acreditar que essa visibilidade maior do tradutor na academia, e também nas capas de livros e na imprensa em geral, termine fazendo com que, mesmo permanecendo relativamente invisíveis no momento da tradução, nos torne-mos mais visíveis como categoria profissional. Há sinais de que isso não seja tão utópico quanto parece. Recentemente, após uma conferência que dei numa livraria no Rio sobre os dicionários e a tradução, veio me procurar uma senhora acompanhada do filho de quatorze ou quinze anos. Eles tinham vindo de ônibus de São Paulo para assistir àquela conferência, porque o “sonho” do menino era “estudar tradução na PUC do Rio”. O inimaginável virou realidade! Realmente, os tempos mudaram — e para melhor.

Bibliografia

ASCHER, Nelson (1998). *Poesia alheia: 124 poemas traduzidos*. Rio de Janeiro, Imago.

BRITTO, Paulo H. (1989). "A difícil vida fácil do tradutor". *34 Letras*, nº 3, março.

_____. (1999). "Tradução e criação". *Cadernos de Tradução (UFSC) IV*.

FITZGERALD, F. Scott (2004). *24 Contos de F. Scott Fitzgerald*. Org. e trad. de Ruy Castro. São Paulo, Companhia das Letras.

VENUTI, Lawrence (1995). *The translator's invisibility: a history of translation*. Londres/Nova York, Routledge.